



1	1	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma elevatória PCI 250, comando eletromecânico, capacidade 250Kg, 3 paradas, cabine em aço inoxidável, subteto cônico cromado, piso antiderrapante emborrachado, porta pantográfica, luminária de emergência, sirene e acionamento automático. Porta do pavimento em madeira ipê com acabamento em vidro. (Atton elevadores)</p> <p>Fabricante/ Fornecedor: Atton Máquinas e Equipamentos Ltda Endereço: Rua Jackson Luiz Pavin 390 - Colombo, Curitiba - PR Telefone: (41) 3055-2857</p> <p>Local: Prédio pedagógico da veterinária</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
---	---	---	---------	----	------------	--------------

1	2	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monte le térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 3 paradas.</p> <p>Local: Prédio pedagógico da agronomia</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
1	3	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Atton duas paradas, térreo mais um andar.</p> <p>Local: Biblioteca</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00

1	4	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monte le térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 2 paradas.</p> <p>Local: Alojamento bloco A</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
1	5	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monte le térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 2 paradas.</p> <p>Local: Alojamento bloco B</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00

1	6	<p>Serviços de manutenção <b>PREVENTIVA</b> de plataforma de acessibilidade, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma elevatória PCI 250, comando eletromecânico, capacidade 250Kg,4 paradas, cabine em aço inoxidável, subteto cônico cromado, piso antiderrapante emborrachado, porta pantográfica, luminária de emergência, sirene e acionamento automático. Porta do pavimento em madeira ipê com acabamento em vidro. (Atton elevadores)</p> <p>Fabricante/Fornecedor: Atton Máquinas e Equipamentos Ltda Endereço: Rua Jackson Luiz Pavin 390 - Colombo, Curitiba - PR Telefone: (41) 3055-2857</p> <p>Local: Alojamento bloco C</p>	Serviço	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
---	---	---	---------	----	------------	--------------

1	7	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma elevatória PCI 250, comando eletromecânico, capacidade 250Kg, 3 paradas, cabine em aço inoxidável, subteto cônico cromado, piso antiderrapante emborrachado, porta pantográfica, luminária de emergência, sirene e acionamento automático. Porta do pavimento em madeira ipê com acabamento em vidro. (Atton elevadores) Fabricante/ Fornecedor: Atton Máquinas e Equipamentos Ltda Endereço: Rua Jackson Luiz Pavin 390 - Colombo, Curitiba - PR Telefone:(41) 3055-2857</p> <p>Local: Prédio pedagógico da veterinária</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem/ Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00
1	8	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monte le térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 3 paradas.</p> <p>Local: Prédio pedagógico da agronomia</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem/ Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00

1	9	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Atton duas paradas, térreo mais um andar.</p> <p>Local: Biblioteca</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00
1	10	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monteale térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 2 paradas.</p> <p>Local: Alojamento bloco A</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00

1	11	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma Modelo EL 200 Marca monte le térreo mais 2 andares capacidade 250Kg, 2 paradas.</p> <p>Local: Alojamento bloco B</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00
1	12	<p>Serviço de manutenção <b>CORRETIVA</b> de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de plataforma de acessibilidade), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto - CEP 37.890-000 - Muzambinho – MG, conforme informações que se seguem:</p> <p>Equipamento: Plataforma elevatória PCI 250, comando eletromecânico, capacidade 250Kg, 4 paradas, cabine em aço inoxidável, subteto cônico cromado, piso antiderrapante emborrachado, porta pantográfica, luminária de emergência, sirene e acionamento automático. Porta do pavimento em madeira ipê com acabamento em vidro. (Atton elevadores) Fabricante/Fornecedor: Atton Máquinas e Equipamentos Ltda Endereço: Rua Jackson Luiz Pavin 390 - Colombo, Curitiba - PR Telefone: (41) 3055-2857</p> <p>Local: Alojamento bloco C</p> <p>Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores</p>	Homem Hora	60	R\$ 375,00	R\$ 22.500,00



1	13	<p>Para manutenção corretiva <b>(PEÇAS E INSUMOS)</b>: Mediante apresentação de Ordem de Serviço gerada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Vistoria de identificação da(s) avaria(s) apresentada(s) pelo(s) equipamento(s)</li> <li>● Apresentação de orçamento de peças e insumos necessários à manutenção;</li> <li>● Pesquisa de mercado em pelo menos 3 (três) fornecedores de peças e insumos, para parametrização do valor orçado."</li> </ul> <p><b>****Materiais de Consumo****</b></p> <p><b>**ITEM NÃO ABERTO PARA LANCES**</b> <b>PORÉM O FORNECEDOR DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE INCLUIR O VALOR TOTAL **SEM DESCONTO** (CONFORME QUANTIDADES E VALORES DO ITEM) NO COMPRASNET.</b></p>	ticket	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
					<b>Total Geral</b>	R\$ 225.00,00

1.2. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada sempre a descrição completa dos materiais e serviços, constante neste Termo de Referência.

1.3. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.4. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.5. Serão aceitos somente itens que tenham sua descrição completa. Descrição incompleta será entendida como em desacordo com o solicitado.

1.6. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

1.7. Todos os itens / grupos objeto desta licitação serão destinados a ampla concorrência, considerando a inviabilidade de fracionamento.

1.8 Os pedidos de material de Consumo (item 13) utilizarão como medida o Ticket, não qual não deverão ser disputado o lance, o valor deverá ser fixo para TODOS OS PARTICIPANTES. **Não deverão receber lances, uma vez que se cuidará de valores de referência para a aquisição de insumos imprescindíveis a realização dos serviços.**

1.9 Quando o valor do pedido for superior ou inferior ao valor de uma unidade de "TICKET", poderá haver o seu fracionamento, mas serão pagos somente os valores que de fato forem executados.

1.20 No que se refere a entrega de material, devem ser observados e atendidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

1.21 Todos os materiais, acessórios, componentes, peças e outros que serão fornecidos deverão ser novos, devidamente embalados, acompanhados de manual ou equivalente, quando for o caso.

1.22 Em nenhuma hipótese serão aceitos materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovos ou remanufaturados.

1.23 Para tal finalidade, não se considera materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovo ou remanufaturado o que houver sido submetido a processo de reciclagem, em perfeita conformidade com a legislação aplicável à espécie.

1.24 A manutenção corretiva a aquisição de peças somente ocorrerá uma vez que verificado a disponibilidade

orçamentaria da instituição.

1.25. Caso o licitante incluir valores menores para o item 13, será desclassificado.

**1.26 Para os item de 01 a 12 deverão ser emitidas Notas Fiscais de Serviço já no item 13 deverá ser emitido Nota Fiscal de Material.**

## **2.DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1.Que motivos geraram a necessidade da contratação?**

Os equipamentos devem receber manutenção mensal de modo a garantir a segurança dos usuários e evitar quebras e constrangimento durante o uso.

### **2.2.Quais são os objetivos, metas e benefícios?**

Deixar em perfeito funcionamento as plataformas para que seja utilizado pelo público e atendimentos norma que trata sobre a matéria.

### **2.3.Justificativa dos quantitativos solicitados.**

A instituição conta com 6 Prédios equipados com plataformas de Acessibilidade e necessita de manutenção.

### **2.4.Quais serão os impactos do não atendimento?**

A não utilização da plataforma, restringindo o acessibilidade dos locais e risco de acionamento jurídico por parte dos usuários que por ventura venham a ficar presos no equipamento.

### **2.5.Foram considerados aspectos sustentáveis na solicitação? Se sim, quais?**

Não se Aplica a este tipo de serviço.

### **2.6 Justificativa do Agrupamento.**

AGRUPAMENTO dos itens se dá pela razão de permitir a padronização dos serviços. São serviços com finalidades conjunta, porém diferentes empresas apresentam diferentes soluções de característica, sendo assim modelos diferentes causaria ineficiência na sua utilização ou até mesmo incompatibilidade, fato que causaria prejuízos e transtornos a Administração.

Optou-se pelo agrupamento dos serviços para atender principalmente aos princípios da economicidade e eficiência, visto que a execução e fiscalização de um único contrato proporciona benefícios consideráveis para a Administração, como economia de recursos financeiros, recursos humanos e tempo. Acreditamos inclusive que tal agrupamento resultará em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha fazer aquisições mais vantajosas, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência das aquisições. Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento de agrupamento por grupos, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

## **3. DO LOCAL DA APRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS**

3.1. Os serviços deverão ser executados no seguinte local:

- IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho - situado na Estrada de Muzambinho, km 35, Bairro Morro Preto na cidade de Muzambinho/MG - CEP: 37890-000;

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5.DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1.A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.Manutenção preventiva é o tipo de manutenção planejada e periódica que tem como objetivo prevenir a ocorrência de quebras, falhas ou defeitos no elevador, mantendo-o em perfeito estado de funcionamento e conservação, incluindo ajustes, lubrificação e reparos;

5.1.2.Manutenção corretiva é o tipo de manutenção que objetiva eliminar os defeitos gerados em virtude de quebras, panes, desgastes prematuros ou natural, de peças e/ou componentes dos elevadores.

5.1.3.As manutenções preventivas e corretivas serão todas realizadas no local onde está instalado o elevador, objeto deste processo licitatório.

5.2.Em até quinze (15) dias, após assinado o contrato, a CONTRATADA deverá realizar inspeção no local e apresentar:

5.2.1.relatório detalhado sobre o estado atual de conservação do elevador, após efetuar inspeção/vistoria técnica,

indicando peças ou componentes a serem substituídos, possíveis falhas cometidas em manutenções pretéritas etc, como também apresentar sugestões para otimização do uso dos elevadores, de forma a reduzir o consumo de energia ou o desgaste; e

5.2.2. lista dos seus funcionários que terão acesso às dependências do IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO durante a execução do contrato, contendo nome completo, filiação, data de nascimento, número da carteira de identidade e do CPF.

5.3. As normas de segurança constantes neste Termo de Referência não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais (federais, municipais e estaduais), sendo de sua responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência da não observância das precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais não apropriados à execução dos serviços.

5.4. A CONTRATADA deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional registrado no CREA da região onde os serviços, por ele, foram prestados, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida por esse Conselho, o que comprova a execução de atividades semelhantes em características às do objeto deste Termo.

5.5. Na primeira semana de cada mês deverá a CONTRATADA entrar em contato com os Fiscais para agendar e realizar inspeção/manutenção mensal de caráter preventivo, encaminhando posteriormente relatório de diagnóstico mensal dos serviços executados, peças ou componentes substituídos e quaisquer outras informações pertinentes sobre a manutenção e estado de conservação dos elevadores.

5.5.1. O relatório de diagnóstico mensal será encaminhado por meio eletrônico (e-mail), logo após a inspeção/manutenção mensal e, posteriormente, de maneira formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, em anexo à nota fiscal/fatura do mês em referência.

5.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente Ordem de Serviço ou Nota Fiscal, quando das manutenções preventivas, ou corretivas, se for o caso, discriminando os serviços executados. A Ordem de Serviço deve ter numeração própria, sendo que essa numeração deve ser informada na fatura do serviço executado.

5.7. A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção em consonância com as rotinas especificadas no Manual do Fabricante do elevador, realizando testes de segurança nos elevadores quando da visita regular mensal de manutenção preventiva.

5.8. Durante a realização do serviço e consequente paralisação do funcionamento do elevador, os técnicos da CONTRATADA, sempre uniformizados e portando crachá de identificação, devem afixar nas portas de acesso ao elevador, em todos os pavimentos do prédio, cartazes informativos com dizeres indicando que o “ELEVADOR ESTÁ EM MANUTENÇÃO”.

5.9. A manutenção preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho.

5.10. A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas que formarão o plano de manutenção preventiva a ser escolhido, devendo ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

5.11. A CONTRATANTE poderá solicitar serviço de manutenção de caráter corretivo, além da visita ordinária de inspeção/manutenção mensal, para reparo de todo e qualquer defeito mecânico ou elétrico que venha ocorrer, visando o restabelecimento do perfeito funcionamento do elevador e demais equipamentos, devendo a CONTRATADA atender no prazo máximo de:

5.11.1. 02 (duas) horas, contados da solicitação efetuada, em casos de acidentes ou de pessoas presas no elevador, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno; e

5.11.2. 04 (quatro) horas, contadas da solicitação efetuada, nos demais casos, obrigando-se a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da solicitação do serviço.

5.11.2.1. O prazo de 04 (quatro) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, ou seja, em dias úteis entre 07:00 h e 19:00 h, interrompendo-se a contagem às 19:00 h de um dia e reiniciando-se às 07:00 h do dia útil seguinte.

5.12. Os materiais empregados, os serviços de manutenção preventiva mensal, manutenção corretiva, fornecimento de peças e assistência técnica a serem executados, SEM ÔNUS para o CONTRATANTE, deverão obedecer rigorosamente:

5.12.1. Às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.12.2. Às prescrições e recomendações do fabricante;

5.12.3. Às normas da ABNT; e

5.12.4. Às normas internacionais, na falta das normas da ABNT.

5.13. Todos os materiais e peças adquiridas pela CONTRATADA devem ser novos e acompanhados pela NOTA FISCAL.

5.14. A equipe técnica da CONTRATADA deve ser formada por profissionais especializados e habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica. O responsável técnico (RT) deve ser engenheiro mecânico e funcionário da empresa contratada, ou com ela deter vínculo formal de prestação de serviços, com comprovação através de registro na carteira de trabalho ou instrumento equivalente.

5.15. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, quando necessário, serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios do fabricante, custeados pelo próprio CONTRATADO, reembolsado pelo CONTRATANTE, pelo custo de aquisição, SEM ÔNUS adicionais, fazendo parte da cobertura as peças especificadas abaixo, exemplificativamente:

5.15.1. o conjunto ou acessórios da cabine e dos elementos decorativos nela existente;

- 5.15.2.painéis de cabina;
- 5.15.3.vidros e espelhos;
- 5.15.4.difusores de luz, lâmpadas, starts e reatores;
- 5.15.5.baterias;
- 5.15.6.botões;
- 5.15.7.componentes correções e guias de portas;
- 5.15.8.soleiras;
- 5.15.9.ventiladores.

5.16.Todos os demais componentes não citados acima serão objeto da presente contratação, com manutenção e substituições que se fizerem necessárias.

5.17.O(s) representante(s) da Equipe de Fiscalização e toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

5.18.A Equipe de Fiscalização poderá, justificadamente, solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços.

5.19.Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por representantes do CONTRATANTE, formalmente designados, ao quais caberá a atestação das faturas dos serviços prestados.

5.20.A CONTRATADA deve computar no valor global da sua proposta de contratação todos os custos, diretos e indiretos, de serviços e peças necessários à perfeita e completa consecução do objeto deste Instrumento, considerado o item 13 da contratação.

5.21.Possíveis omissões, falhas, indefinições ou incorreções no presente Termo de Referência, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir-se em escusa para a CONTRATADA cobrar por serviços extras, ou modificar a composição de preços.

## **6.DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO**

6.1. A CONTRATADA deve dar início à execução dos serviços somente após o recebimento de Ordem de Execução de Serviço expedida pelo CONTRATANTE, através do fiscal técnico do contrato, contendo autorização específica para tal fim.

6.2. Em qualquer dos casos, o CONTRATADO fica obrigado a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da comunicação à contratada:

6.3. Decorridos os prazos descritos neste subitem sem o atendimento devido, fica o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho autorizado a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

6.4. Durante o horário comercial (das 07:00 h às 19:00 h – com intervalo de duas horas para almoço) os serviços poderão ser prestados pelo técnico alocado no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. Para atendimentos fora deste intervalo, a empresa deverá encaminhar um técnico, respeitando os prazos estabelecidos:

6.4.1.caso as Ordens de Serviços sejam encaminhadas após o final do expediente, o atendimento delas iniciar-se-á no dia útil seguinte, nos mesmos prazos previstos nesta cláusula;

6.4.2.o não atendimento dos prazos individuais, seja por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra ou por serviço não realizado a contento, ensejará a substituição dos empregados disponibilizados, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste contrato.

6.5. CONTRATADO deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

6.6. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

6.7. Os representantes da CONTRATANTE e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências do CONTRATADO.

6.7.1.Quando estas hipóteses envolverem o acesso da fiscalização às dependências do CONTRATADO, deve haver a autorização do representante da empresa CONTRATADA.

6.8.A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade, enquanto estiver realizando os serviços (casas de máquinas e outras), permaneça sempre limpa e organizada.

6.9. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

6.10. O CONTRATANTE poderá recusar aplicação de materiais que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

6.11. Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

6.12. Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para manutenção preventiva quanto corretiva, deverá ser

elaborado um Boletim de Visita onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pelo fiscal do contrato por ocasião da visita e compor a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento da visada, uma cópia do boletim será repassada ao CONTRATANTE para ser anexada ao livro de ocorrências.

## **7.DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

A Contratada, deverá seguir todas as recomendações existentes na NBR16083 de 07/2012 Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção.

7.1.A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com o CONTRATANTE, no horário de expediente do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

7.1.1.A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, desde que o CONTRATANTE solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com o CONTRATANTE através de notificação oficial.

7.2.A CONTRATADA deve apresentar ao CONTRATANTE as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.

7.3.Serão realizadas as seguintes avaliações, sempre que for o caso:

7.3.1.Verificar funcionamento e integridade do painel de operação;

7.3.2.Verificar funcionamento e integridade do interfone na cabina;

7.3.3.Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas e do ventilador, fixação e limpeza do subteto;

7.3.4.Verificar painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas;

7.3.5.Verificar guarda-corpo e espelhos (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos);

7.3.6.Verificar portas, correções e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza);

7.3.7.Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetta (manual/automático, comando de lotado);

7.3.8.Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais, quando há movimentação da cabina;

7.3.9.Verificar aparelho de segurança (estados dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente);

7.3.10.Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação de motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajuste da caixa de cama, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos);

7.3.11.Verificar correções superiores, estado das correções, desgastes dos nylons e folgas entre guias, lubrificar e limpar graxas, verificar gaxetas e fixações;

7.3.12.Limpeza geral (teto e estrutura);

7.3.13.Verificar funcionamento e integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal fixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas);

7.3.14.Verificar funcionamento das portas e soleiras (fixação e amassados, ferragens, borrachas de marco, ilhós e puxadores, limpeza e Lubrificação);

7.3.15.Verificar aceleração e desaceleração e nivelamento;

7.3.16.Verificar aparelho de segurança (estados dos componentes, funcionamento e seio do cabo de manobra);

7.3.17.Verificar correções inferiores (estado das correções, desgastes dos nylons e folgas entre guias, gaxetas e fixações e lubrificações);

7.3.18.Verificar fundo do poço (limpeza);

7.3.19. Verificar parachoques, cornija (verificar a capa hidráulica, nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico, acionamento do contato elétrico manualmente, limpeza) e sistemas de amortecimentos;

7.3.20. Higienização completa da Cabine, interna e externamente.

## **8.DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA**

8.1.A manutenção corretiva ocorrerá sempre que necessário, e consistirá no reparo dos componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos dos equipamentos, devolvendo-lhes as condições de perfeito funcionamento. A Contratante somente autorizará os serviços de manutenção corretiva, após emissão de ordem de serviço, e se houver a disponibilidade orçamentária por parte do Campus.

8.2.Nesta situação, a empresa será acionada pela fiscalização do contrato por meio de chamada telefônica, inicialmente, e formalizada através de e-mail.

8.3. A manutenção corretiva deverá ser prestada pelo CONTRATADO, mediante abertura de Ordem de Execução de Serviço, conforme cláusula 4.11 deste Termo de Referência.

8.4.A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

8.5.Ao final de cada manutenção, caberá à Contratada emitir um relatório descrevendo, de forma detalhada, os serviços realizados, assim como as peças substituídas.

8.6.Qualquer fornecimento de peças, exceto as constantes no item 5 desta cláusula, só poderão ser feito mediante

apresentação de orçamento e autorização da contratante.

8.7.Do fornecimento de peças:

8.7.1.Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos do respectivo fabricante, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seu estado, inclusive botoeiras, indicadores de posicionamento (interno e externo), acolchoado das cabines dos elevadores de serviço, peças em acrílico e grade que compõem o teto dos elevadores etc.

8.7.2.Não fazem parte da cobertura o fornecimento das seguintes peças e componentes:

8.7.2.1.passadiço e poço, circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de para-raios, janelas, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio (ressalvados os casos indicados no item, alvenaria e pinturas;

8.7.2.2.aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pelo IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho;

8.7.2.3.todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores.

8.8.A contratada, ademais, sempre que for o caso, deverá cumprir os critérios definidos no Guia de Licitações Sustentáveis:

8.8.1.1.1.Só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A ou B, nos termos da Portaria INMETRO referente aos materiais componentes da execução dos serviços.

8.8.1.1.2.Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.8.1.1.3.A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos, seguindo o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

8.8.1.1.4.Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto no 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

## **9. DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS**

9.1 Constada a necessidade de reposição de peças, a contratada emitirá Orçamento, realizado ao menos 03 (três) fornecedores, contendo a descrição do defeito do elevador(es), quantidade, especificações e valor das peças para aprovação da fiscalização contratual. Essa, por sua vez, deverá obter no mercado local mais 3(três) orçamentos, no mínimo, podendo decorrer duas possibilidades:

9.1.1 se o valor da peça orçado, pela contratada, for menor ou igual ao valor de mercado, o orçamento apresentado será aprovado, ou

9.1.2 existindo pelo menos um empresa no mercado local, cujo preço das peças seja menor que aquele orçado pela contratada, essa deverá negociar sua proposta ou deverá adquirir as peças junto àquela empresas que apresentar o menor preço, e executar os serviços em conformidade com o previsto neste Termo de Referência.

9.1.3 O prazo para apresentação do orçamento contendo descrição, quantidade e valor das peças não poderá exceder a 3 (três) dias úteis contados a partir do início do atendimento.

9.1.4 A contratada deverá indicar, obrigatoriamente, no orçamento prévio, o prazo para troca das peças orçadas.

9.1.5 No caso de substituição, as peças deverão ser novas, preferencialmente originais, não se admitindo peças usadas ou recondicionadas.

9.1.6 É de responsabilidade e custo da contratada o transporte das peças, deslocamento de seus técnicos ao local da execução dos serviços.

9.2 Prazos:

9.2.1 Deverá ser realizada, obrigatoriamente, em no máximo 5 (cinco) dias úteis contados após a data de assinatura do contrato, reunião inicial entre a CONTRATADA e a fiscalização do contrato. Nessa reunião a contratada deverá apresentar:

9.2.1.1 Relação dos profissionais que compõe a equipe de manutenção, contendo nome, qualificação, CPF e RG;



9.2.1.2 Carta com designação do preposto, que terá amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todo os assuntos e administrativos relacionado ao objeto do contrato;

9.2.1.3 Número(s) de telefone e-mail(s) para que a CONTRATANTE possa encaminhar chamados de manutenção, inclusive aos finais de semana, bem como endereço eletrônico (e-mail).

9.3 A Contratada deverá oferecer garantia pelos serviços/materiais específicos previstos como contribuição complementares à realização dos serviços que constituem os itens contratuais, efetuando sua imediata correção nos casos de má realização ou defeito prematura, sem decorrer nenhum custos à contratante.

9.4 A tributação na emissão da Nota Fiscal será de acordo com a legislação vigente, sendo que o item 13 desse termo de referencia será emitido a Nota Fiscal de Material.

## **10. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

10.1 A contrata, quando couber, deverá:

10.1.1 Usar produtos e materiais que obedeçam às classificações e especificações determinantes pela ANVISA;

10.1.2 Adotar medidas para evitar o desperdícios de água tratada;

10.1.3 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

10.1.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

10.1.5 Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

10.1.6 Respeitar as Normas Brasileira-NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

10.1.7 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, bem como materiais que não possam ser descartados diretamente no lixo doméstico, segundo o disposto na Resolução CONAMA nº 257, 30 de junho de 1999.

10.2 A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativas nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG.

10.3 São também deveres da Contratada:

10.3.1 Observar as normas e os manuais de boas práticas, otimizando os recursos e materiais utilizados na execução do serviço eliminando o desperdícios, evitando ou reduzindo ao máximo a poluição e dando aos resíduos da atividade a correta destinação final, observando as normas e orientação presentes na legislação;

10.3.2 observar as medidas e ações sustentáveis e assim, fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous substances);

10.3.3 não utilizar, na execução dos serviços, quaisquer substância que destruam a camada de ozônio, abrangidas pelo Protocolo de Montreal ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 1º da Resolução CONAMA Nº 267, de 14/11/2000;

10.3.4 Racionalizar o uso de substância potencialmente tóxicas;

10.3.5 efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;

10.3.6 utilizar, na execução dos serviços para tarefas de limpeza, somente produtos biodegradáveis registrado no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nos equipamentos de ar condicionado;

10.3.7 empregar materiais e peças que atendam a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao serviço;

10.3.8 lixo tecnológico: apresentar logística para que promova o descarte adequado de equipamentos eletrônicos e de seus componentes que perderem a sua funcionalidade.

10.3.9 A CONTRATADA será a responsável pela classificação, o acondicionamento, o transporte e a destinação ambientalmente correta de quaisquer resíduos (materiais, peças, equipamentos, entulhos) gerados durante a execução dos serviços objetos deste instrumento, aplicada aos recicláveis comuns (metal, papel, vidro e plástico), resíduos diversos e resíduos sólidos.

10.3.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente, por qualquer acidente, inclusive perante a terceiros, envolvendo resíduos tóxicos relacionados a execução dos serviços.

10.3.11 Responsabilizar-se-á também pelo local onde serão despejados os resíduos provenientes das atividades de manutenção, não cabendo ao contratante público nenhum ônus em caso ou qualquer tipo de sanção imposta por órgão público fiscalizador, quando alguma irregularidade.

10.3.12 A CONTRATADA deverá obedecer as recomendações estabelecidas na Resolução CONAMA nº 267, que dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.

10.3.13 A CONTRATADA ficará obrigada a recolher os fluidos dos elevadores por meio de equipamento de sucção e cilindros de armazenagem apropriados.

10.3.14 Todo óleo lubrificantes usado ou contaminado será, obrigatoriamente, recolhido e terá uma destinação adequada, de forma a não afetar negativamente o meio ambiente.

10.3.15 Responsabilizar-se-á pela destinação final de óleos lubrificantes usados contaminados não regeneráveis, através de sistemas aprovados pelo órgão ambiental competente.

## **11. DA VISTORIA TÉCNICA**

11.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail (Coordenadoria-Geral de Infraestrutura e Serviços: fabio.almeida@muz.ifsuldeminas.edu.br e gregorio.prosperi@muz.ifsuldeminas.edu.br ou pelo telefone: (35) 3571.5090 ou (35) 3571.5141, podendo sua realização ser comprovada por:

11.1.1 Atestado de vistoria, assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou

11.1.2 Declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para execução do objeto; ou de que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

11.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital na imprensa oficial, estendendo-se até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **12. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

12.1. A execução do contrato será avaliada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

12.1.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.1.2. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

12.1.3. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.1.4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

## **13. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

13.2 A fiscalização dos serviços seguirá o disposto no Anexo VIII da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, no que couber.

13.2.1 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

13.2.2 Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao seu objeto deverão ser prontamente atendidas pela contratada.

13.2.3 Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido.

13.2.4 Em caso de não conformidade, a contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei 8.666/93, no que couber. 13.2.5 O contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços realizados, se em desacordo com a especificação do contrato ou da proposta de preços da contratada.

## **14 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

14.3 O descumprimento das obrigações contratuais ou a não manutenção das condições de habilitação pela



contratada poderá ensejar à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a contratada não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

14.4 A Administração concederá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a contratada regularize suas obrigações contratuais ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

15.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia, para garantir o cumprimento da execução contratual, no montante de 5% (cinco por cento) de seu valor global, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1 O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração contratante.

15.2 A garantia deverá ser renovada e atualizada a cada aditamento realizado, seja para prorrogação de prazo de vigência, seja para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, seja para acréscimo ou supressão de valores, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do instrumento que deu causa à alteração do valor e prazo da garantia.

15.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,10% (um décimo por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular, de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

15.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.4.2 prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.4.3 multas, moratórias e punitivas, aplicadas pela Administração à contratada.

15.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.6 A garantia, se em dinheiro, deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria. 15.10 Será considerada extinta a garantia:

15.10.1 com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

15.11 O garantidor (seguradora ou instituição financeira) não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.12 A Unidade Gestora não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

15.12.1 caso fortuito ou força maior;

15.12.2 alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais; 15.12.3 descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

15.12.4 prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

15.13 Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas acima.

15.14 A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ser acompanhada de documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta fiança. Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, I, da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil.

15.15 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela contratante, mediante ofício entregue contrarrecibo.

15.16 Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito junto à Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, nominal ao ..... (contratante), para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

15.17 Caso a CONTRATADA opte pela caução em títulos da dívida pública, será com títulos emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, bem como, deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no Contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

15.18 Caso a CONTRATADA opte pela caução sob a forma de fiança bancária, deverá ter a carta de fiança emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil para realizar esta operação onde deverão constar as seguintes condições e/ou informações cuja previsão de risco será inclusa nas tarifas, taxas, emolumentos, comissões e tributos pagos pelo afiançado: 15.18.1 Beneficiário: ..... (contratante);

15.18.2 Que se presta a garantia ao Contrato (Contrato nº XX/20xx) originado do Edital do Pregão Eletrônico nº 616/2023, cujo teor é do conhecimento da Instituição Financeira;

15.18.3 Que o prazo de validade igual ao do Contrato, acrescido do prazo de garantia técnica contra vícios ou defeitos, caso este exceda o prazo contratual;

15.18.4 Renúncia expressa aos benefícios de ordem e de excussão e ao direito de renúncia (arts. 827 e 835 do Código Civil);

15.18.5 Que a Instituição Financeira se obriga como devedor solidário;

15.18.6 Responsabilidade sobre os valores decorrentes de:

15.18.6.1 multas indenizatórias, moratórias, ressarcitórias e compensatórias;

15.18.6.2 despesas necessárias a realização de nova contratação para o objeto do Contrato ou aquisição dos bens não entregues ou entregues em desacordo com as especificações;

15.18.6.3 recusa injustificada de prestar assistência técnica, reposição do bem ou reexecução do serviço durante o período de garantia contra defeitos de fabricação;

15.18.6.4 encargos trabalhistas e sociais, tributos, indenizações trabalhistas ou não, devidas pela Contratada à Contratante e/ou a terceiros;

15.18.6.5 valor integral da garantia durante todo o período de vigência do Contrato;

15.18.6.6 prazo para comunicação de inadimplência de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a Contratante tenha tomado conhecimento da obrigação não cumprida.

15.19 Caso a CONTRATADA opte pela caução sob a forma de seguro-garantia deverá ser prestada por seguradora autorizada e sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, de acordo com as disposições da circular SUSEP no 232, de 3 de junho de 2003, e deverão constar na apólice as seguintes informações e/ou condições, cujos riscos acrescidos deverão constar no valor do prêmio, tarifas, taxas, emolumentos, comissões e tributos pagos pelo tomador:

15.19.1 Segurado: ..... (contratante);

15.19.2 Que se presta a garantia ao Contrato nº XX/20xx, originado do Edital do Pregão Eletrônico nº 616/2023, cujo teor é do conhecimento da seguradora.

15.19.3 Prazo de validade igual ao do contrato, acrescido de mais 90 (noventa) dias.

15.19.4 Disposição expressa em cláusula específica para licitações e contratos de execução indireta de obras, serviços e compras da administração pública, bem como para concessões e permissões de serviço público, responsabilizando-se por multas punitivas, cujo agravamento de risco será acrescido ao prêmio.

15.19.5 Que a Instituição Seguradora se obriga como devedor solidário.

15.19.6 Responsabilidade sobre os valores decorrentes de: multas punitivas, indenizatórias, moratórias, ressarcitórias e compensatórias.

15.19.7 Recusa injustificada de prestar assistência técnica, reposição do bem ou reexecução do serviço durante o período de garantia contra defeitos de fabricação.

15.19.8 Encargos trabalhistas e sociais, tributos, indenizações, trabalhistas ou não, devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE e/ou a terceiros.

15.19.9 Valor integral da garantia, durante todo o período de vigência da apólice.

15.19.10 Prazo para comunicação de sinistro de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a CONTRATANTE tenha tomado conhecimento do fato.

15.20 O pagamento de preço, tarifas, prêmios, emolumentos e quaisquer outros valores da carta de fiança ou prêmio do seguro inclui todos os riscos previstos no Edital e Anexos e no Termo do contrato e deverá ser à vista, não sendo oponível contra a CONTRATANTE o não pagamento ou atraso de parcelas ou prestações de financiamento, parcelamento ou fracionamento junto a custo diante, Instituição Financeira ou seguradora, respectivamente.

15.21 A caução será devolvida após a comprovação, pela CONTRATANTE, de que o objeto do Contrato tenha sido executado e após a verificação da regularidade da CONTRATADA, frente às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias (federal, estadual e municipal), relativas ao Contrato.

## **16 DO REAJUSTE**

16.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Os casos não previstos no Termo de Referência, referentes aos preços de insumos, serão resolvidos com base

na legislação vigente.

16.4 Na hipótese de legislação superveniente que altere os critérios e procedimentos estabelecidos nesta cláusula, adotar-se-á o que vier a ser estabelecido pela nova legislação.

16.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do termo inicial dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.6 No caso de atraso em sua divulgação, ou não divulgação, do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.7 A CONTRATADA é obrigada a apresentar memória de cálculo referente aos reajustamentos de preços, sob pena de indeferimento liminar do pedido.

## **17.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.2.Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

17.3.Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

17.4.Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.5.Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

17.5.1.direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

17.5.2.promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação serviço contratado; e

17.5.3.considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

17.6.Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

17.7.Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.8.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

## **18.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1.Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

18.2.Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo emissor da ordem de execução do serviço, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.3.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.4.Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.5.Comunicar ao emissor da ordem de execução do serviço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

18.6.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratual.

18.7.Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.8.Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

18.9.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18.10.Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do conteúdo descritivo.

18.11.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho

noturno, perigoso ou insalubre;

18.12.Manter durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.13.Cumprir, durante todo o período da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

18.14.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

18.15.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

18.16.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

18.17.Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

18.18.Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

18.18.1.O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

18.18.2.Os direitos autorais, quando for o caso, da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

#### **19.DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1.É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

19.2.É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

19.3.A subcontratação depende de autorização prévia e expressa da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.4.Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### **20.DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

20.1.A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

20.2.No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da execução da contratação;

20.3.O recebimento provisório será realizado pelo solicitante após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

20.3.1.A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

20.3.1.1.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o emissor da ordem de execução da contratação irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao solicitante.

20.3.1.2.A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.4.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

#### **21.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

21.1.1.inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2.ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3.falhar ou fraudar na execução da contratação;

21.1.4.comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5.cometer fraude fiscal.

21.2.Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1.Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

11.2.2.Multa de:

21.2.2.1.0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 2 (dois) dias;

21.2.2.2.20% (vinte por cento) d o valor adjudicado para atraso superior a 02 (dois) dias.

21.2.2.3.O atraso superior a 3 (três) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.4.As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3.Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

21.2.4.Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1.A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3.As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4.Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
2	0,4% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
3	0,8% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
4	1,6% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
5	3,2% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03

21.5.Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1.tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2.tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7.As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1.Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8.Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da



apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

22.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

22.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

22.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

22.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

22.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contratado, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

22.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles descritos neste Termo de Referência e no Edital.

## **24. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

24.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam

observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

25.1.O custo global estimado da contratação é de **R\$ 225.00,00 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS)**.

25.1.1.O custo mensal estimado da contratação é de **R\$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)**. Referentes a execução de manutenção preventiva em 6 aparelhos.

25.1.2 Os Serviços de manutenção corretiva ficarão a cargo da necessidade e também da disponibilidade orçamentária por parte do Campus.

## **26.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

26.1 De acordo com, § 2, Art. 7º do Decreto nº 7.892/2013: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil", portanto as informações orçamentárias serão informadas no momento da eventual formalização da aquisição dos materiais".

## **27. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

27.1 Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

## **28.ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

28.1.O presente Termo de Referência foi elaborado pela "Coordenadoria-Geral de Infraestrutura e Serviços", auxiliado pelo "Setor de Compras, Contratos e Convênios", estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e à aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho (MG), 17 de julho de 2023.

*(Assinado Eletronicamente)*

Luiz Fernando de Oliveira

Diretora de Administração e Planejamento - substituto

*(Assinado Eletronicamente)*

Prof. Hugo Baldan Junior

Diretor-geral - substituto

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Fernando de Oliveira, DIRETOR(A) - SUB-CHEFIA - MUZ - MUZ-DAP**, em 17/07/2023 09:41:42.
- **Hugo Baldan Junior, DIRETOR - DIRETORSUB - MUZ - DE-MUZ**, em 17/07/2023 09:52:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 369365

Código de Autenticação: 2762cd25fb





